

CONGRESSO

Orçamento deve, enfim, ser votado nesta quarta

Parlamentares se reúnem, hoje, na CMO para a leitura do relatório, e a expectativa é de que o texto final seja apreciado tanto na comissão quanto no plenário amanhã

» ISRAEL MEDEIROS

Com atraso de três meses, o Congresso deve votar nesta semana o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) — o Orçamento da União para 2025. Deputados e senadores se reúnem hoje, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), para a leitura do relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA), e a expectativa é de que o texto final seja votado tanto na CMO quanto no plenário do Congresso amanhã. O Orçamento total previsto para este ano é de R\$ 5,9 trilhões, mas esse valor ainda pode sofrer alterações.

Do total, R\$ 2,71 trilhões iriam para despesas obrigatórias, como Previdência (R\$ 1 trilhão), pagamento de pessoal e encargos, Bolsa Família e Transferências por Repartição de Receita (repasses entre os entes federativos). Os valores reservados para cada área, no entanto, só serão conhecidos nesta terça, quando o relator-geral apresentar o seu parecer.

O governo pediu uma série de alterações à peça orçamentária nos últimos dias, o que levantou dúvidas, no último fim de semana, sobre a possibilidade de cumprimento do cronograma previsto pela CMO. Segundo as presidências da Câmara e da CMO, no entanto, o calendário está mantido.

Uma das mudanças pedidas pelo governo foi o remanejamento de R\$ 15 bilhões do Fundo Social para a faixa 3 do programa Minha Casa, Minha Vida. Essa faixa contempla aqueles com renda mensal bruta entre R\$ 4,4 mil e R\$ 8 mil que vivem em áreas urbanas ou de R\$ 52,8 mil a R\$ 96 mil anuais, para aqueles que vivem em áreas rurais. O ofício, assinado

Roque de Sá/Agência Senado



Relator-geral da LOA 2025, o senador Angelo Coronel apresenta hoje na CMO o seu parecer

pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), foi enviado ontem à CMO.

Outras mudanças foram solicitadas pelo próprio relator-geral para abrir espaço orçamentário para programas de governo. Um exemplo foi o corte de R\$ 7,7 bilhões no Bolsa Família, como parte de um acordo para “encontrar” R\$ 12 bilhões para o Pé-de-Meia, que paga R\$ 2 mil a estudantes de baixa renda para combater a evasão escolar. O pedido de readequação desses valores foi feito pelo governo na semana passada.

O corte só será possível graças a um pente-fino que o governo fez em 2024 para eliminar beneficiários com cadastro fraudulento

ou que não tenham direito a receber os recursos. Essa ação fez parte do esforço da equipe econômica do governo, no ano passado, para ampliar as contas públicas. O relator também cobrava uma readequação para bancar o Vale-Gás, que tem custo estimado em R\$ 3 bilhões.

Há, ainda, outros R\$ 4,8 bilhões que deixarão de ser gastos com o financiamento da educação integral pelo Fundo de Financiamento da Educação Básica (Fundeb). Um montante de R\$ 600 milhões sairá da Lei Aldir Blanc, voltado para o financiamento do setor cultural no país.

Inicialmente, o relator-geral havia previsto que encerraria

seu parecer até o último domingo. Na semana passada, Angelo Coronel disse que a prorrogação na votação do Orçamento (que chegou perto de ser votada na semana passada) foi boa para fazer as readequações permitidas ao texto.

“O Orçamento que foi para ser votado no ano passado, que foi prorrogado e seria votado nesta semana (e novamente prorrogado), foi bom para o governo, porque com isso a gente vai atender vários segmentos que estavam precisando de remanejamento de recursos e estavam, até então, sem essa solução. E agora vamos ter tempo para isso”, disse Angelo Coronel, na quinta-feira.

Sessão em homenagem a José Sarney

Para celebrar os 40 anos da redemocratização do Brasil, o Senado fará uma sessão especial, hoje, para homenagear o ex-presidente José Sarney. Foi ele quem assumiu o comando do país no conturbado período de transição que tirou o poder dos militares e o colocou de volta nas mãos dos civis.

A homenagem, solicitada pelo senador Jorge Kajuru (PSB-GO), se dará a cerca de um mês do aniversário de 95 anos do político. “Após duas décadas de ditadura militar, o retorno ao Estado Democrático de Direito só foi possível graças à mobilização

popular e ao empenho de várias lideranças políticas, entre as quais se destaca José Sarney, primeiro presidente civil após o período autoritário”, disse Kajuru no requerimento aprovado por seus pares.

“A homenagem proposta não é apenas um reconhecimento ao ex-presidente José Sarney, mas uma celebração da própria redemocratização e do esforço coletivo para garantir a consolidação das instituições democráticas”, diz outro trecho do documento, assinado por 19 senadores, incluindo políticos governistas e de oposição.

Em janeiro, a eleição indireta que colocou José Sarney na presidência completou 40 anos. Mas o eleito para a cadeira presidencial foi outro: Tancredo Neves, que adoeceu logo depois do pleito e foi internado na véspera da posse em 1985, depois de passar mal. O presidente eleito vitou a internação o quanto pôde, pois temia que Sarney, seu vice, fosse sabotado por João Figueiredo (último general presidente da República).

Sarney foi empossado na manhã seguinte, sem discurso. Ao dar posse a seus ministros, porém, o novo presidente falou

sobre sua responsabilidade “perante a nação e sua história” e citou Tancredo. “Na forma da Constituição Federal, assumi a Presidência da República, na impossibilidade de fazê-lo o senhor presidente Tancredo de Almeida Neves, a quem, tenho absoluta certeza, dentro de poucos dias, entregarei o governo na forma da Constituição e das leis, no desejo e vontade do povo brasileiro”, afirmou.

A previsão não se concretizou. Depois de mais de um mês internado e diversas cirurgias, Tancredo foi declarado morto em 21 de abril daquele ano. (IM)

TRAMA GOLPISTA

STF julgará pedidos contra ministros

» LUANA PATRIOLINO

A pouco mais de uma semana para o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por tentativa de golpe de Estado, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, convocou uma sessão extra para julgar os pedidos de afastamento de Flávio Dino, Cristiano Zanin e a suspensão de Alexandre de Moraes na análise do caso. As solicitações são das defesas do ex-chefe do Executivo e do ex-ministro Walter Braga Netto.

A análise do caso ocorrerá no plenário virtual da Corte — começará às 11h de amanhã e prosseguirá até as 23h59 de quinta-feira. Os advogados também pediram que a denúncia seja analisada pelo plenário, com 11 ministros, e não pela Primeira Turma, com cinco integrantes.

A defesa de Braga Netto

Gustavo Moreno/STF



Féllipe Sampaio/STF



Carlos Moura/SCO/STF



No plenário virtual, Corte decidirá se Moraes, Dino e Zanin podem participar de julgamento do golpe

argumenta que Alexandre de Moraes deve ser considerado suspeito para julgar a denúncia porque seria um dos alvos da trama golpista. Segundo os advogados de Bolsonaro, Dino e Zanin também deveriam ser afastados do caso, pois já moveram ações na Justiça contra o ex-presidente.

Neste primeiro momento, será julgado o grupo que faz parte de um dos núcleos acusados pela PGR de participação na tentativa de ruptura democrática. Além de Bolsonaro, investigado como líder, serão julgados os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira, além

de Anderson Torres; do deputado federal Alexandre Rangel (PL-RJ); do ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e do tenente-coronel Mauro Cid.

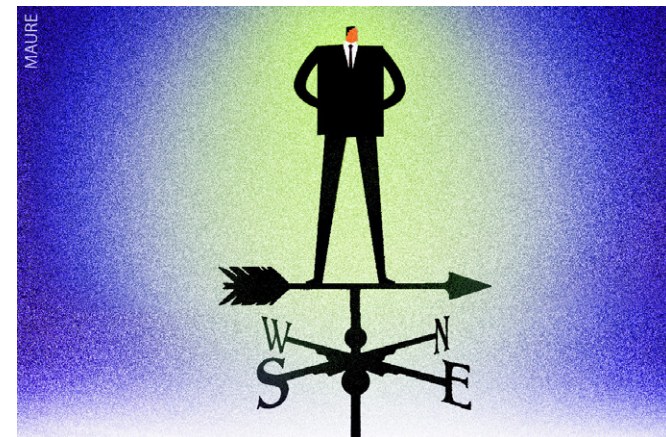
No mês passado, a PGR denunciou Bolsonaro e mais 33 pessoas, divididas em cinco núcleos, por estimular e realizar atos contra os Três Poderes.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Anistia é o coração do pacto faustiano entre Tarcísio e Bolsonaro

O ato realizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no domingo, em defesa da anistia dos condenados pela invasão e depredação dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, revelou que a aliança do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está acima do seu compromisso com o Estado Democrático de Direito. A manifestação ocorreu um dia depois das comemorações dos 40 anos de democracia no Brasil.

Lembra o pacto do Dr. Fausto (Faust, em alemão), lenda tedesca popularizada na literatura pelo poema dramático de Johann Wolfgang von Goethe (1808 e 1832). O protagonista é um sábio insatisfeito com sua vida e seus conhecimentos. Frustrado porque ainda não alcançou a verdadeira essência da existência, faz um pacto com Mefistófeles, um demônio que representa a tentação.

Mefistófeles promete conceder a Fausto tudo o que ele deseja — prazer, juventude, conhecimento ilimitado —, mas em troca, quando Fausto encontrar a plena satisfação e desejar que o tempo pare, sua alma será entregue ao diabo. A morbidez permeia toda a história. Fausto se torna jovem novamente e se apaixona por Gretchen (Margarida), uma jovem inocente, que engravida. Entretanto, seu irmão morre em um duelo e sua mãe é envenenada; ao fim, Gretchen enlouquece e é presa.

Após a tragédia, Fausto viaja com Mefistófeles, em busca de novas experiências, incluindo o prazer na Corte do imperador e até um romance com Helena de Troia. Apesar dos prazeres e conquistas, Fausto nunca encontra a satisfação total, que faria o tempo parar. No final, tenta criar um império utópico, mas morre antes de concluí-lo. No texto de Goethe, porém, Fausto é salvo por forças divinas: apesar dos erros, ele nunca parou de buscar algo maior.

Ato esvaziado

Cínico e irônico, Mefistófeles não é um demônio clássico, sempre tenta provar que os humanos são fracos e corrompíveis. Seu papel vai além do vilão tradicional, é um crítico da sociedade e da própria condição humana. Tarcísio de Freitas está mais para Fausto. Foi a grande estrela do ato realizado por Bolsonaro, em Copacabana, no Rio de Janeiro, que contou também com a participação dos governadores do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL); de Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil); e de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL). Pré-candidatos a presidente da República, os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União); de Minas, Romeu Zema (Novo); e do Paraná, Ratinho Junior (PSD), não compareceram.

Há controvérsias sobre a envergadura da manifestação. A Polícia Militar fluminense divulgou que teria chegado a 400 mil pessoas. Levantamento do Monitor do Debate Público do Meio Digital, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), apontou que a manifestação reuniu 18,3 mil pessoas, ou seja, menos de 2% do público de um milhão de pessoas que era aguardado para o ato.

Embora esses números enfraqueçam o projeto de anistia dos condenados pelo 8 de Janeiro, que foi anunciado durante o ato pelo líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), o mais importante foi o discurso do governador de São Paulo. Tarcísio de Freitas subiu o tom contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e reiterou sua lealdade a Bolsonaro, de tal maneira que o gesto foi interpretado no Palácio do Planalto como a disposição de deixar o governo de São Paulo e, realmente, disputar a Presidência da República.

“A gente está aqui para pedir, lutar e mostrar que todos estamos juntos para exigir anistia daqueles inocentes que receberam penas desproporcionais (...) Quero ver quem vai ter coragem de se opor (ao projeto da anistia)”, afirmou. “Qual razão para afastar Jair Messias Bolsonaro das urnas? É medo de perder eleição, por que sabem que vão perder?”, questionou o governador paulista.

Tarcísio sabe que Bolsonaro está inelegível e não disputará a eleição, por isso, foi para a aba do chapéu do ex-presidente para ser seu candidato à Presidência, com o compromisso de anistiar todos os envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro e, principalmente, Bolsonaro, que está inelegível e pode ser condenado à prisão por tentativa de golpe de Estado.

Entretanto, o ato foi um banho de água fria nos setores do PSDB, MDB, Podemos e PSD que articulam uma ampla aliança de “centro democrático” em torno de Tarcísio de Freitas, “contra a polarização”. Esses setores não têm o menor interesse na anistia de Bolsonaro e estão numa articulação muito forte em São Paulo.

Ocorre que o arranjo político que está sendo tecido por Bolsonaro não é o que desejavam. O esquema do “centro democrático” era uma dobradinha de Tarcísio com o prefeito Ricardo Nunes (MDB), mas o candidato de Bolsonaro ao Palácio dos Bandeirantes é o presidente reeleito da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado André do Prado (PL), que seria apoiado por Tarcísio.

“QUAL RAZÃO PARA AFASTAR JAIR MESSIAS BOLSONARO DAS URNAS? É MEDO DE PERDER ELEIÇÃO, POR QUE SABEM QUE VÃO PERDER?”, QUESTIONOU O GOVERNADOR PAULISTA